

Comunicação, Política e Atores Coletivos

Atena
Editora
Ano 2020



Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)

Comunicação, Política e Atores Coletivos

Atena
Editora
Ano 2020



Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Alexsandro Teixeira Ribeiro

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C741 Comunicação, política e atores coletivos [recurso eletrônico] / Organizador Alexsandro Teixeira Ribeiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-365-1

DOI 10.22533/at.ed.651201709

1. Comunicação. 2. Política e governo. I. Ribeiro, Alexsandro Teixeira.

CDD 302.24

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Comunicação, Política e Atores Coletivos” reúne uma série de contribuições científicas que aprofundam o debate sobre temas de convergência entre as áreas da comunicação, como jornalismo, publicidade e relações públicas, em diálogo com outras áreas do conhecimento, como psicologia, sociologia, ciência política e marketing. De cunho interdisciplinar, a obra tem por objetivo apresentar o resultado de pesquisas realizadas em todo o país, consolidando um quadro de cooperações científicas que destaca a excelência nacional na produção de conhecimento. O resultado deste esforço, é uma organização que problematiza assuntos atuais e de relevância pública, como crise econômica, representatividade, gêneros, combate ao feminicídio e movimentos sociais.

De fato, em uma sociedade imersa na comunicação, em que a realidade é socialmente construída a partir das tecnologias da informação, o papel dos meios na representatividade e visibilidade social de um fato é de extrema centralidade. Com isso, a comunicação torna-se a arena para debates que renovarão a esfera pública e promover a integração da sociedade, sobretudo no que diz respeito às comunidades em vulnerabilidade, as identidades que clamam por reconhecimento e os movimentos sociais. Este é o palco que se torna predominante entre as contribuições científicas nesta obra reunida e publicada pela Atena Editora.

Aqui, em um primeiro bloco de artigos, nos aprofundamos na análise dos meios de comunicação ora como promotores de empoderamento, ora como espaço de exclusão. Nesta dicotomia, observamos os discursos e comportamentos da mídia frente ao feminismo, à representatividade da comunidade LGBTI, e à participação das mulheres nos espaços de poder. E não se encerra aí. Ainda observamos nos demais artigos e esforços acadêmicos, que dão conta da amplitude da obra e da qualidade da formação superior nacional, temas como luta pela terra, políticas públicas, a história recente brasileira na luta pela democracia, a violência urbana, crise econômica e o papel da mídia e do Estado em áreas de invisibilidade social. O rigor metodológico e as contribuições interdisciplinares faz da coleção “Comunicação, Política e Atores Coletivos” uma obra que contribui para o campo científico nacional.

Alexsandro Teixeira Ribeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADÃO: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA EM REPORTAGENS VEICULADAS NOS ANOS DE 1985 E 2015	
Luíza Buzzacaro Barcellos	
Janie Kiszewski Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.6512017091	
CAPÍTULO 2	14
LIP SYNC FOR YOUR LIFE: UMA DISCUSSÃO JORNALÍSTICA SOBRE DRAG QUEENS	
Talita Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6512017092	
CAPÍTULO 3	26
MULHERES UNIDAS CONTRA BOLSONARO - REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO CIVIL FEMININA NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018	
Raquel Lobão Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.6512017093	
CAPÍTULO 4	40
MÍDIAS DIGITAIS, CUIDADO E AUTOCUIDADO NO MOVIMENTO FEMINISTA COMO ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO	
Cosette Castro	
DOI 10.22533/at.ed.6512017094	
CAPÍTULO 5	53
A MULHER NA FOLHA BANCÁRIA: UM RECORTE DE GÊNERO NA IMPRENSA SINDICAL	
Alexsandro Teixeira Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.6512017095	
CAPÍTULO 6	65
AS RECATADAS: AS MULHERES ENQUANTO PAUTA E PROTAGONISTAS NO RÁDIO	
Sofia Soares Dietmann	
Leslie Sedrez Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.6512017096	
CAPÍTULO 7	75
O CORPO NOS ECOSSISTEMAS COMUNICATIVOS: DESDOBRAMENTOS PARA A EDUCOMUNICAÇÃO	
Ricardo Barretto	
DOI 10.22533/at.ed.6512017097	

CAPÍTULO 8	85
CÂNCER DE MAMA: CORPO, POLÍTICA E A FOTOGRAFIA HUMANISTA DE KATHARINA MOURATIDI	
Mônica Torres	
DOI 10.22533/at.ed.6512017098	
CAPÍTULO 9	101
O PAPEL DO JORNALISMO NO CONTROLE DEMOCRÁTICO E NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	
Juciméri Isolda Silveira	
Manuella Niclewicz	
DOI 10.22533/at.ed.6512017099	
CAPÍTULO 10	110
CONTROLE, REPRESSÃO E VIGILÂNCIA SOB O OLHAR INFANTIL EM <i>O ANO EM QUE MEUS PAIS SAÍRAM DE FÉRIAS</i>	
Gisele Gutstein Guttschow	
Juliana de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.65120170910	
CAPÍTULO 11	124
DO TRABALHO PRECÁRIO À ORGANIZAÇÃO MILITANTE: FORMAS DE ATUAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)	
Renan Dias Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65120170911	
CAPÍTULO 12	140
A CIDADE DO MEDO: A CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA E SEUS EFEITOS SOBRE A MARCA RIO	
Patricia Cerqueira Reis	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.65120170912	
CAPÍTULO 13	154
A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932: UMA ANÁLISE DA COBERTURA MIDIÁTICA ACERCA DO FATO HISTÓRICO	
Carlos Eduardo Klingelfus Grasso	
Guilherme Barros Nascimento	
Israel Filipe Santos Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.65120170913	
CAPÍTULO 14	170
BANDIDOS NA TV: A MORTE PELA AUDIÊNCIA	
Marcela Rochetti Arcoverde	
DOI 10.22533/at.ed.65120170914	

CAPÍTULO 15	181
O JORNALISMO NA ERA DO ENTRETENIMENTO: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE INFOTENIMENTO	
Paula Miranda	
Leonel Azevedo de Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.65120170915	
CAPÍTULO 16	194
GUTENBERG: A ERA DA IMPRENSA	
Adelcio Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.65120170916	
CAPÍTULO 17	202
INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR INFORMAIS: UMA ANÁLISE DOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB	
Jacynara Farias de Souza Marques	
Rafaela Azevedo dos Santos Felix	
DOI 10.22533/at.ed.65120170917	
CAPÍTULO 18	221
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO (2018): ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS MUDIÁTICAS UTILIZADAS PELO <i>JORNAL NACIONAL</i> E DA SUA RESPONSABILIDADE NA MUDIATIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA VIOLÊNCIA NO ESTADO	
Tamiris Artico	
Carla Montuori Fernandes	
Maria Goreti Lopes Artico	
DOI 10.22533/at.ed.65120170918	
CAPÍTULO 19	244
NEUROMARKETING APLICADO SOBRE GRANDES MASSAS	
Adelcio Machado dos Santos	
Alexandre Carvalho Acosta	
Evandro Henrique Cavalheri	
DOI 10.22533/at.ed.65120170919	
CAPÍTULO 20	252
O BRASIL NAS NARRATIVAS AUDIOVISUAIS QUE CIRCULAM NO IMAGINÁRIO ESTRANGEIRO, PRODUÇÃO, CONSUMO E PODER	
Roberta Brandalise	
DOI 10.22533/at.ed.65120170920	
CAPÍTULO 21	265
O CELEIRO VAZIO: A DECISÃO DE PUBLICITÁRIOS DE DEIXAR AS AGÊNCIAS CARIOCAS	
Roberto Sá Filho	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.65120170921	

CAPÍTULO 22.....	282
A FOTOGRAFIA EM RELAÇÕES PÚBLICAS	
Ana Domitila Rosa Lemos Silva	
Gardene Leão	
DOI 10.22533/at.ed.65120170922	
CAPÍTULO 23.....	295
PSICOLOGIA AMBIENTAL: UM DIÁLOGO COM ARQUITETURA E DIREITO	
João Ernesto Pessutto	
Marco Aurelio Prette Charaf Bdine	
Nelson Finotti Silva	
Carlos Florido Migliori	
Paula de Oliveira Santos Miyazaki	
Neide Aparecida Micelli Domingos	
Leda Maria Branco	
Maria Cristina de Oliveira Santos Miyazaki	
DOI 10.22533/at.ed.65120170923	
CAPÍTULO 24.....	308
UM TOM REDENTOR PARA O DISCURSO PUBLICITÁRIO DIANTE DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA	
Lívia Valença da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65120170924	
CAPÍTULO 25.....	322
DESCOBRINDO NOVOS CAMINHOS: APLICAÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL	
Tháís Sanches Silva	
Eliana Melcher Martins	
DOI 10.22533/at.ed.65120170925	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	333
ÍNDICE REMISSIVO.....	334

CAPÍTULO 1

A VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADÃO: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA EM REPORTAGENS VEICULADAS NOS ANOS DE 1985 E 2015

Data de aceite: 01/09/2020

Data da submissão: 11/06/2020

Luíza Buzzacaro Barcellos

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(Unisinus)

São Leopoldo, Rio Grande do Sul
lattes.cnpq.br/2927591751724243

Janie Kiszewski Pacheco

Escola Superior de Propaganda e Marketing
(ESPM-Poa)

Porto Alegre, Rio Grande do Sul
lattes.cnpq.br/4147412433873522

RESUMO: O presente artigo é parte da pesquisa desenvolvida como trabalho de conclusão de curso para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo pela ESPM-Poa. A pesquisa buscou entender a representação da figura feminina em notícias que tratavam sobre casos de violência contra a mulher veiculadas especificamente no jornal *O Estado de São Paulo* em dois anos marcados por transições políticas: 1985, época de transição entre ditadura e democracia; e 2015, ano em que se iniciou o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Para tanto, procedeu-se uma pesquisa de caráter interdisciplinar unindo abordagens antropológica e jornalística acerca do material empírico coletado. Foram constatadas quatro representações predominantes da figura feminina nas notícias veiculadas e selecionadas: vítima; culpada; cidadã e “sombra”. Neste

artigo, especificamente, são tratados os casos de violência que tiveram maior repercussão no jornal nos anos citados.

PALAVRAS-CHAVE: Representação; violência contra a mulher; O Estado de São Paulo; jornalismo.

THE VISIBILITY OF VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE NEWSPAPER ESTADÃO: A STUDY ON THE REPRESENTATION OF THE FEMALE FIGURE IN REPORTS PUBLISHED IN THE YEARS 1985 AND 2015

ABSTRACT: This article is part of the research developed as a course conclusion work to obtain a Bachelor's degree in Journalism from ESPM-Poa. The research sought to understand the representation of the female figure in news that dealt with cases of violence against women published specifically in the newspaper *O Estado de São Paulo* in two years marked by political transitions: 1985, a time of transition between dictatorship and democracy; and 2015, the year in which President Dilma Rousseff's impeachment process began. To this end, an interdisciplinary research was carried out, combining anthropological and journalistic approaches about the empirical material collected. Four predominant representations of the female figure were found in the news transmitted and selected: victim; guilty; citizen and “shadow”. This article specifically deals with cases of violence that had the greatest impact on the newspaper in the years mentioned.

KEYWORDS: Representation; violence against women; O Estado de São Paulo; journalism.

1 | INTRODUÇÃO

Mulheres e homens são indivíduos tratados com marcantes diferenças sociais no Brasil. Diversos papéis e estereótipos cercam a figura da mulher: elas são vistas como sujeitos que podem ser dominados pelos homens, o que acaba gerando diversos prejuízos para sua vida cotidiana, dentre eles a violência (COUTO; SCHRAIBER, 2013; BANDEIRA, 2013). Além disso, esses papéis são constantemente reproduzidos pela mídia, fazendo com que a representação da figura feminina nessa instituição legitime e justifique ainda mais as relações desiguais que se estabelecem entre os sexos (PEREIRA, 2009). A imprensa produz diferentes significados culturais, por meio das representações, que influenciam nas práticas sociais e acabam determinando as condutas dos indivíduos (HALL, 1997 apud SILVA, 2014).

Levando em consideração que a imprensa pode reforçar comportamentos, principalmente quando se trata de um jornal de referência como o *Estado de São Paulo* (ZAMIN, 2014), este artigo dedica-se a analisar a representação da violência contra as mulheres em notícias veiculadas neste jornal, além de identificar os fatores que contribuem para que uma notícia sobre o tema tenha maior repercussão e visibilidade na imprensa. Para tanto, no que tange à representação, o procedimento de análise adotado é o antropológico, enquanto que na análise dos aspectos que envolvem a produção e divulgação jornalística dos casos escolheu-se identificar os valores-notícia utilizados. Cabe ressaltar, no entanto, que o exposto nesse artigo é apenas um dos eixos do trabalho intitulado *Violência contra a mulher: a representação da figura feminina no jornal O Estado de São Paulo em épocas de transição política*, defendido em dezembro de 2017.

Para entender as diferenças nas representações da figura feminina nos casos de violência contra a mulher, foram escolhidas duas épocas marcantes no Brasil, seja pelas transições e instabilidade política, seja pelas conquistas femininas adquiridas: 1985, ano marcado pelo processo de transição do regime militar para a democracia; e 2015, ano em que o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, presidenta democraticamente eleita, começou a ser instaurado. Foi realizado, portanto, um levantamento de todas as notícias que tratavam sobre a violência contra a mulher nestes dois anos, categorizando-as por semelhanças em relação ao local do crime, tipo de crime, relação do agressor com a vítima, entre outras. No presente artigo, contudo, utilizamos somente uma das categorias estabelecidas, a visibilidade, ou seja, as notícias que tiveram maior repercussão na imprensa, isto é, casos de violência que foram veiculados mais de uma vez pelo *Estado de São Paulo*.

Por tratar-se de um tema profundamente social e cultural, optou-se em fazer uma pesquisa interdisciplinar, que unisse características e teorias antropológicas e jornalísticas. O estudo, portanto, caracteriza-se como qualitativo, exploratório, etnográfico, bibliográfico e documental.

2 | O CONTEXTO FEMININO BRASILEIRO

Histórica e socialmente há uma série de desigualdades que se desenvolvem devido à diferenciação de gênero, ou seja, as imagens e expectativas que se constroem em relação à figura de homens e mulheres (JOHNSON, 1997). Essa construção, segundo o autor, estabelece conceitos de feminilidade e masculinidade que acabam por reforçar a dominação masculina. Esta visão é corroborada por Silva (2014, p.82) quando afirma que:

As distinções de gênero não raro se transformam em relações desiguais entre o masculino e o feminino em todos os campos da vida social: nos corpos, nos discursos, nos conhecimentos, nas leis, nas práticas sociais, nas famílias, e até mesmo nas notícias [...] É a partir dos símbolos culturais hegemônicos, produzidos nas instâncias de poder, que se operam os sentidos entendidos como legítimos sobre o que significam masculino e feminino, indicando, também, os lugares sociais destes.

As desigualdades construídas entre homens e mulheres se dão em diversos aspectos da vida cotidiana. A primeira que podemos citar é em relação à divisão sexual do trabalho, quando se estabelece que à mulher cabe a esfera privada, o cuidado com a família e com o doméstico; e que ao homem, a esfera pública, lugar de produção de mercado, liberdade, direitos e política (VIANA, 2013). Outro fator que podemos citar como propulsor da desigualdade de gênero é a própria genitália feminina. Para Perrot (2007), a passividade e submissão atribuídas ao sexo da mulher influenciam também as suas relações e vida social: a mulher é vista, essencialmente, como procriadora. O corpo das mulheres é, portanto, no curso da história, um corpo dominado pelos homens, o qual deve satisfazê-los sem levar em consideração as vontades individuais femininas.

Essa postura desigual entre homens e mulheres acaba formalizando uma dominação masculina, que gera relações machistas, assimétricas e patriarcais (COUTO; SCHRAIBER, 2013) que constituem e legitimam a violência contra a mulher (BANDEIRA, 2013). Dessa forma, a posse dos homens em relação ao corpo das mulheres é tida como normal e por vezes necessária, haja vista a função dos homens, socialmente posta, de disciplinar e controlar as mulheres, sejam elas filhas ou esposas (LAGE; NADER, 2013).

Os motivos, contudo, que justificam socialmente a violência contra as mulheres podem ser muitos. O primeiro deles pode ser atribuído a natureza “incontrolável” do homem: “categorias como instinto, impulsividade, fatalidade, destino são arroladas para dar sentido (e legitimar, em última instância) às agressões perpetradas contra as mulheres (no geral na condição de namoradas, esposas, companheiras)” (COUTO; SCHRAIBER, 2013, p. 59). Outro fator é, também, relacionado ao que é considerado a natureza e o papel das mulheres: o cuidado com a casa. Os afazeres domésticos são tidos como obrigação da mulher, e, quando ela não os cumpre, acaba por não corresponder à expectativa existente e é agredida para “aprender” (PINSKY, 2013).

Além da ligação com as obrigações domésticas e maternais, se espera que a mulher

tenha certa dependência financeira e emocional na relação conjugal (BANDEIRA, 2013). Quando ela entra no mercado de trabalho, contribui com o sustento da casa e se torna um indivíduo mais independente, isto dá motivo para que os homens cometam as agressões, uma vez que se sentem inseguros, já que eles perdem suas funções “naturais” (PINSKY, 2013).

Se a independência emocional da mulher é muitas vezes tida como inaceitável, a infidelidade também é vista como um bom motivo para desencadear uma agressão – o que, por vezes, pode levar à morte da vítima feminina¹. Isso acontece porque o corpo da mulher é visto como uma propriedade do homem, selada pelo contrato matrimonial, seja ele formal ou não (BANDEIRA, 2013).

As mudanças protetivas à mulher em nosso país começam a acontecer a partir da década de 1970, quando movimentos feministas despertam questionamentos mais enfáticos sobre as condições desiguais em que as mulheres viviam. Em 1975 convenções internacionais trazem à tona o assunto da violência contra a mulher e em 1985 são criados o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a primeira Delegacia de Defesa da Mulher² (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016). Outra conquista importante para o combate da violência foi a criação e promulgação da Constituição Federal de 1988, que selou o compromisso do Estado “na assistência a cada membro da família no que diz respeito à coibição da violência no âmbito das relações familiares” (LAGE; NADER, 2013, p. 290).

Se, entre os anos 1980 e 1990, o começo da implementação de políticas públicas a favor da erradicação da violência contra as mulheres parecia confusa em relação às suas atribuições, nos anos 2000, as ações do Estado tornaram-se mais claras e presentes no combate ao problema. As agressões e maus tratos contra as mulheres “passaram a ser vistos com novos olhos e combatidos com maior ênfase depois que foram identificados como um tipo específico de violência e um atentado aos direitos humanos” (LAGE; NADER, 2013, p. 286).

Um dos marcos para tal mudança foi a promulgação da Lei Maria da Penha³, em 2006. Apesar de ter havido muitos questionamentos sobre a constitucionalidade da lei, em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a sua constitucionalidade, tornando-a assim um importante instrumento público de prevenção e punição da violência contra a mulher (LAGE; NADER, 2013). Alguns anos depois, em 2015, é sancionada a Lei nº 13.104/2015, conhecida como Lei do Feminicídio, que tornou a morte de mulheres em virtude do gênero da vítima um crime hediondo e uma responsabilidade do Estado (PRADO; SANEMATSU, 2017). Para as autoras, a promulgação desta última lei foi muito importante para tipificar e denunciar a violência nas relações conjugais, muitas vezes encarada como

1 Convém assinalar que até o ano de 2005 o adultério era considerado crime, o que justificava a violência contra a mulher como “defesa da honra” (LAGE; NADER, 2013).

2 Órgão da Polícia Civil, inaugurado em São Paulo, que tinha o intuito de atender interdisciplinarmente as diversas situações de violência as quais as mulheres eram submetidas (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016).

3 A Lei Maria da Penha é uma lei que protege as mulheres da violência doméstica. Segundo Bandeira (2013), a maior contribuição desta lei foi o estabelecimento de uma punição adequada aos agressores: a prisão.

“crime passional” não só pela sociedade, mas também pela mídia e pela justiça.

3 I REPRESENTAÇÃO E A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DA FIGURA FEMININA

A representação da figura feminina, presente nas páginas dos jornais, é um fator que legitima e corrobora, muitas vezes, alguns comportamentos machistas e violentos para com as mulheres. Segundo Hall (2016, p. 30), “a representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas” e é estabelecido com um processo ou fenômeno sociocultural. A representação é, portanto, uma construção social de sentidos e significados para objetos e pessoas.

A imprensa, por meio de diversas representações que constitui de diferentes indivíduos, acaba por influenciar a opinião pública. Por isso, “o papel dos meios de comunicação é vital para influir numa transformação do pensamento coletivo, para que as pessoas saibam tornar patente aquilo que veem na mídia e fazer referência disso como o estabelecido, o normal” (FRIAS, 2009, p.78).

Buitoni (2009), em trabalho que contempla a representação da mulher na imprensa feminina, cita as diferenças dos papéis atribuídos às mulheres durante várias décadas do século XX e alguns estereótipos que cercam a figura feminina até hoje. A beleza celestial, atribuída à obediência e passividade; o papel de mãe, esposa e dona de casa; um objeto sexual dos homens – essas são algumas das representações da mulher feitas pela imprensa feminina.

E é por meio desses estereótipos que a mídia pode, por vezes, colaborar para a legitimação social da violência contra a mulher, principalmente a doméstica (PEREIRA, 2009). Com tais representações, que são tidas como normais, os homens encontram diversas justificativas para cometer crimes contra esposas, mães, filhas e até mesmo mulheres desconhecidas. Além de reforçar papéis estereotipados, como maternidade, obrigação com os afazeres domésticos e a submissão nas relações entre homens e mulheres, a mídia também divulga de forma simplista os casos de violência de gênero.

De acordo com Vieira de Melo e Sanematsu (2013, p. 93), os veículos de comunicação costumam dar ênfase aos números, mas não ao fenômeno de forma mais complexa, já que “a qualidade dessa abordagem ainda deixa muito a desejar, concentrando-se em fatos individualizados, relatados a partir de um viés policial”. As coberturas jornalísticas sobre a violência contra a mulher são muitas vezes sensacionalistas, desrespeitando as vítimas e seus familiares e colocando as próprias mulheres como culpadas da violência sofrida (PRADO; SANEMATSU, 2017). “[...] Os estereótipos de gênero fazem com que, no processo de evidenciação desse crime, os polos se invertam e a mulher seja colocada como a responsável pelo crime que cometeu” (PASINATO apud PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 149).

Ainda que a imprensa seja um importante agente de transformação social, ela

mostra-se falha nas reiteradas representações da figura feminina e na forma como efetua a cobertura de casos de violência contra a mulher. Alguns fatores constitutivos do jornalismo diário, no entanto, colaboram para esse cenário.

4 | O JORNALISMO DIÁRIO E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

O campo jornalístico possui alguns valores que influenciam no cotidiano da profissão: liberdade, credibilidade, associação com a verdade e objetividade (TRAQUINA, 2005). Para cumprir esse contrato estabelecido com o público, principalmente no que diz respeito ao cumprimento da verdade e da objetividade, alguns procedimentos de trabalho são adotados, como a utilização de fontes que digam os dois lados da história e o cumprimento do *lead*, que responde às perguntas “o que”, “quem”, “quando”, “onde”, “porquê” e “como”.

Um dos principais produtos jornalísticos que procura cumprir essa norma e levar a informação diária ao público é a notícia. Albertos (1977 apud ALSINA, 2009) define a notícia como um fato verdadeiro, inédito e atual que é, de alguma forma, de interesse público; mas Alsina (2009, p. 299) propõe uma definição mais complexa: “a notícia é uma representação social da realidade quotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível”.

O fato é que para se tornar uma notícia um acontecimento deve obedecer a critérios de noticiabilidade. É no processo de seleção dos acontecimentos que deverão ser noticiados que se levam em conta valores-notícia como: morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito/controvérsia, infração e escândalo (TRAQUINA, 2008). Segundo o autor (2008, p. 79), a morte é um dos valores-notícia fundamentais no jornalismo, pois “onde há morte, há jornalistas”. Outro fator determinante na escolha de uma notícia é a notoriedade do personagem central do acontecimento, ou seja, a importância hierárquica do mesmo na sociedade. Um valor-notícia também fundamental para a produção jornalística é o conflito ou a controvérsia, que dizem respeito a uma violência física ou simbólica que caracterizam, de certa forma, uma quebra das condutas tidas como normais (TRAQUINA, 2008). O autor ainda atenta para o valor da infração, também ligado à violência, considerada como um ato que viola as regras; o que nos ajuda a compreender o fato de tantos crimes virarem notícia.

Mesmo possuindo técnicas e processos de trabalho estabelecidos no cotidiano da prática jornalística, é importante salientar para o fato de que a elaboração e, conseqüentemente, a veiculação das notícias, faz com que o jornalismo atue na construção da realidade. “E este é o ponto crucial que permite estabelecer uma relação do poder simbólico da mídia com os valores e hierarquias sociais [...]” (SILVA, 2014, p. 50). Segundo a autora, portanto, os meios de comunicação podem ser tidos como “fazedores de identidades culturais”. Esta perspectiva já era destacada por Tuchman (1983) ao afirmar que:

A notícia não reflete a sociedade, mas ajuda a constituir-la como um fenômeno social compartilhado, já que no processo da descoberta de um acontecimento, a notícia define e conforma esse acontecimento [...] A notícia está definindo e redefinindo, constituindo e reconstituindo permanentemente fenômenos sociais (apud ALSINA, 2009, p. 299).

Portanto, como instituição de poder, a mídia deve sempre rever os discursos que incentiva já que, como nos casos de violência contra a mulher e de feminicídio, as vítimas, por vezes, são mostradas como culpadas, favorecendo ainda mais o machismo presente na sociedade.

5 | A VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADÃO

Um jornal de referência deve possuir uma ampla circulação, ter credibilidade para com o público e apresentar uma abrangência na cobertura jornalística, nacionalmente e internacionalmente (ZAMIN, 2014). Dela-Silva (2008, p. 27 apud ZAMIN, 2014, p. 928) ainda salienta que, normalmente, estes jornais “desempenham um papel significativo na produção de sentidos para os acontecimentos jornalísticos que apresentam em suas páginas”.

Um dos principais jornais brasileiros que atingiram essa classificação foi o *Estado de São Paulo*, mais conhecido como *Estadão* (ZAMIN, 2014), existente desde 1875. Levando em consideração toda a história do jornal e o lugar de referência que alcançou na vida de muitos brasileiros, o Estadão tem uma influência notória nos costumes e crenças do país. É por isso que este jornal foi escolhido para compor o objeto de estudo desta pesquisa.

A seguir, serão apresentadas as análises das notícias de violência contra a mulher que tiveram maior repercussão no jornal em dois anos específicos: 1985 e 2015. Mediante enfoque etnográfico das notícias coletadas e selecionadas, procedeu-se uma abordagem antropológica do material empírico, aliando-se assim o caráter interpretativo e subjetivo da antropologia ao caráter objetivo, por meio dos valores-notícia, presente no jornalismo.

Para proceder a análise, optamos por seguir o modelo proposto por Angrosino (2009): elaborar, primeiramente, uma análise descritiva, decompondo os dados acerca da situação de violência contra a mulher encontrados nas notícias, visando encontrar padrões entre eles; e, posteriormente, constituir uma análise teórica, que consiste na explicação desses padrões dos dados selecionados.

A análise teórica é exposta através de um texto antropológico, que tem como características a interpretação e subjetividade (ROVIDA, 2015). “Nesse processo interpretativo, as teorias tanto influenciam na postura do etnógrafo em campo, como balizam o estágio posterior à descrição densa” (ROVIDA, 2015, p. 81). Esse tipo de análise utiliza os conceitos ou teorias como apoio para a interpretação dos dados, “dessa forma, estabelece-se um pensar com os conceitos e não, exclusivamente, um pensar sobre os conceitos” (ROVIDA, 2015, p. 81).

Diante disso, as análises são feitas a seguir.

6 I 1985: O INÍCIO DA REPERCUSSÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O jornal *O Estadão* veiculou diversos casos de violência contra a mulher no ano de 1985; foram localizadas nove notícias veiculadas sobre o assunto, citando 35 vítimas⁴. No entanto, três casos tiveram maior visibilidade⁵: Eliane de Grammont, Edisônia Nunes de Brito e de Ana Angélica Ferreira.

Eliane era cantora e foi assassinada a tiros durante um show pelo ex-marido, o também cantor Lindomar Castilho. O crime aconteceu em 1981 e teve grande repercussão devido à fama de ambos. A notícia⁶ analisada, no entanto, não trata sobre o crime em si, mas sim da sentença dada ao assassino, que ocorreu somente após quatro anos do crime, o qual foi justificado pelo cantor como um ato de amor e ciúmes.

Edisônia era apenas uma criança de 8 anos quando foi violentada e morta de forma brutal por um desconhecido. A menina vinha de família pobre e trabalhava, junto com o irmão e a cunhada, vendendo bilhetes da Loteria Federal. Ela foi atraída por um homem até um terreno baldio, estuprada e assassinada no local; uma placa de concreto esmagou o crânio da menina. A repercussão deste caso se deu por dois motivos: a brutalidade do crime e o fato de a vítima ser uma criança. Duas notícias foram veiculadas, a primeira apenas noticiando⁷ o caso e a segunda informando que o culpado tinha confessado o crime⁸.

O terceiro caso de violência foi o de Ana Angélica. A moça era uma estudante de 22 anos, pertencente à alta sociedade capixaba e sobrinha de um senador. O corpo dela foi encontrado cheio de cortes feitos de bisturi, dentro do consultório odontológico onde trabalhava. A veiculação desse caso também foi feita em duas notícias distintas, a primeira relatando o crime⁹; a segunda mencionando as investigações e o desfecho do caso¹⁰.

Notamos que, em todos os casos apresentados acima, o principal valor-notícia que norteia a veiculação de tal notícia é o da infração. Conforme Traquina (2008), este diz respeito às atitudes que violam as regras, normalmente ligadas a agressões físicas. Além disso, os valores-notícia morte e notoriedade também influenciaram a veiculação de tais notícias.

Outro ponto que deve ser analisado é a relação do agressor com a vítima. Com exceção do caso de Eliane, no qual o ex-marido foi o responsável pelo crime, os outros dois casos foram cometidos por desconhecidos ou pessoas que não tinham uma relação

4 Levantamento feito no Acervo Online do Estadão, onde se encontram disponíveis todas as edições do jornal, desde o primeiro número.

5 Consideramos, aqui, casos de maior visibilidade aqueles que foram noticiados mais de uma vez pelo jornal.

6 "Lindomar na detenção", notícia veiculada na página 12 da edição de 24 de maio de 1985.

7 "Menina de 8 anos é violentada e morta", notícia veiculada na página 19 da edição de 6 de agosto de 1985.

8 "Em Brasília, catador de papel confessa o crime", notícia veiculada na página 20 da edição de 8 de agosto de 1985.

9 "Polícia não age, o pavor domina mulher no ES", notícia veiculada na página 22 da edição de 10 de fevereiro de 1985.

10 "Outra mulher morta em Vitória: são 54", notícia veiculada na página 21 da edição de 21 de março de 1985.

aceita com a vítima perante a sociedade. Isso demonstra que mesmo a vítima não tendo um relacionamento prévio com os assassinos, a relação entre homens e mulheres mostrasse assimétrica, concedendo o poder de uns (homens) sobre os outros (mulheres) (COUTO; SCHRAIBER, 2013). Essas relações assimétricas são ainda mais perceptíveis quando nas notícias de violência contra a mulher a vítima é uma coadjuvante no texto: há poucas informações sobre a sua vida e inexistente contextualização sobre a violência sofrida. Nos três casos apresentados acima, mesmo tendo sido os casos de maior visibilidade veiculados em 1985, as informações sobre as mulheres resumiam-se aos nomes, idades e ocupação, tratando as vítimas, portanto, como “sombras” dos próprios assassinos, sem direito ao espaço na mídia.

7 | 2015: A CONTEXTUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

No ano de 2015 das inúmeras notícias que tratavam de violência contra a mulher no *Estadão*, foram analisadas 26 as quais citavam 23 vítimas¹¹. Mesmo com o debate sendo ampliado e o assunto contextualizado, quatro casos ganharam maior atenção da imprensa, são eles: Ana Carolina de Souza Vieira, Amanda Bueno, Carolina Mandin e Priscila de Goés Pereira.

Ana Carolina, dançarina, 30 anos, havia comentado com familiares que estava sofrendo ameaças do ex-namorado, mas isso não impediu que ela sofresse a pior consequência da violência contra a mulher: foi encontrada morta, deitada em cima da cama, com sinais de violência, dentro do seu próprio apartamento. Após confessar que havia estrangulado a ex-namorada por ciúmes, o homem foi preso. Duas notícias foram publicadas sobre o caso¹².

Caso semelhante ao de Ana Carolina é o da também dançarina Amanda Bueno¹³. A jovem, de 29 anos, provavelmente estava sofrendo ameaças ou até mesmo agressões do seu noivo, já que ela revelara à sua mãe, durante conversa telefônica, que voltaria a morar com a família em Goiás. Ela foi morta pelo noivo dentro da própria casa, no Rio de Janeiro. Câmeras de segurança filmaram o homem derrubando a noiva no chão, golpeando-a com uma pistola e depois desferindo cinco tiros contra o rosto dela. O assassino declarou que o crime foi passional, pois estava com ciúmes após receber um vídeo com uma suposta traição de Amanda. O criminoso foi preso. O caso, que chocou pela brutalidade, teve grande

11 Levantamento feito no site do Estadão. Levando em consideração todas as mudanças tecnológicas pelas quais o jornalismo passou nos últimos anos, optou-se por coletar o corpus de análise de 2015 no site, não no acervo, como foi feito em 1985, já que as notícias publicadas no site eram em maior número do que as publicadas na edição impressa.

12 A primeira notícia veiculada foi “Mulher é encontrada morta em apartamento na zona sul de SP”, no dia 4 de novembro de 2015, podendo ser acessada através do link: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,mulher-e-encontrada-morta-em-apartamento-na-zona-sul-de-sp,1791031>>. A segunda notícia, “Familiares dizem que dançarina estava sendo perseguida pelo ex”, foi publicada no dia 5 de novembro de 2015 e pode ser visualizada através do link: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,dancarina-morta-estava-sendo-perseguida-pelo-namorado--dizem-pa-rentes,10000001272>>.

13 Amanda Bueno era o nome artístico de Cícera Alves de Sena.

repercussão¹⁴ na imprensa e foi um dos primeiros a ser enquadrado como feminicídio.

Os casos de Ana Carolina e Amanda chamam a atenção por um detalhe em particular: a profissão das vítimas. Os assassinatos das mulheres foram cometidos porque seus companheiros se sentiram enciumados e agrediram-nas fisicamente e mataram-nas. Nas notícias veiculadas, o fato de as mulheres serem dançarinas, uma delas de funk, é colocado em evidência, como se, de alguma forma, a ocupação das mulheres justificasse os ciúmes e, consequentemente, o crime cometido pelos homens (MOTA, 2017).

Já o caso de Carolina Mandin, felizmente, não terminou em assassinato. Ela encontrou o ex-noivo em um evento, eles discutiram e ela acabou sendo agredida pelo homem. Socos, tapas e pontapés foram desferidos contra a vítima, que desmaiou em função das agressões e precisou ser hospitalizada. Segundo a versão do agressor, Carolina o atacou por ciúmes depois de tê-lo visto com outra mulher, ele a empurrou para se defender, quando ela caiu e se feriu sozinha. No entanto, a vítima conseguiu provar as agressões sofridas e o homem foi preso. Três notícias sobre o caso foram publicadas pelo Estadão¹⁵.

O caso de Priscila é o mais se difere dos demais: ela foi vítima, provavelmente, de uma execução devido a questões ligadas à corrupção. A geógrafa, de 38 anos, era funcionária de uma empresa que prestava serviços para a Secretaria Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro. Ela foi morta por sete tiros, disparados por um homem encapuzado, enquanto aguardava dentro do seu carro a condução que a levaria até seu local de trabalho. O assassinato, aparentemente ocasionado sem motivações, também ganhou grande visibilidade¹⁶ na imprensa.

O valor-notícia predominante nas notícias citadas, assim como nos casos de 1985, é a infração. Outros valores-notícia que podem ser identificados nos casos de

14 Três notícias sobre o caso de Amanda foram divulgadas pelo Estadão. São elas: “Câmeras mostram marido matando dançarina de funk”, publicada no dia 17 de abril de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,cameras-mostram-marido-matando-dancarina-de-funk,1671608>>; “Dançarina morta por noivo disse para a mãe que voltaria a Goiás”, publicada no dia 20 de abril de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,dancarina-morta-por-noivo-disse-para-mae-que-voltaria-a-goias,1672947>>; “Polícia investiga ligação de assassino de dançarina com milícias”, publicada no dia 23 de abril de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,policia-investiga-ligacao-de-assassino-de-dancarina-com-milicias,1674733>>.

15 “Empresário que maltratou cães é acusado de agressão por ex-noiva”, divulgada no dia 13 de junho de 2015, disponível no link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,empresario-que-maltratou-caes-e-acusado-de-agressao-por-ex-noiva,1705737>>; “Justiça decreta prisão de empresário acusado de agredir ex-noiva”, divulgada no dia 6 de julho de 2015, disponível no link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,justica-decreta-prisao-preventiva-de-empresario-acusado-de-agredir-a-ex-noiva,1720403>>; “Empresário acusado de agredir ex-noiva é preso”, divulgada no dia 23 de julho de 2015, disponível no link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,empresario-acusado-de-agredir-ex-noiva-tem-prisao-preventiva-decretada,1730763>>.

16 Três notícias sobre o caso de Priscila foram divulgadas pelo Estadão. São elas: “Geógrafa da UFRJ é encontrada morta a tiros dentro do carro”, publicada no dia 6 de outubro de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,geografa-encontrada-morta-foi-vitima-de-execucao--diz-policia,1775667>>; “Geógrafa encontrada morta foi vítima de execução, diz polícia”, publicada no dia 6 de outubro de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,geografa-encontrada-morta-foi-vitima-de-execucao--diz-policia,1775667>>; “Para amigos, morte de geógrafa pode ter relação com corrupção”, publicada no dia 7 de outubro de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,morte-de-geografa-no-rio-pode-ter-relacao-com-corrupcao--dizem-parentes,1776328>>.

maior visibilidade de 2015 são: morte, conflito e notoriedade. Nos casos de Ana Carolina, Amanda e Priscila a morte certamente é o principal valor-notícia, levando em consideração o assassinato das duas últimas. Já no caso de Carolina, o conflito entre ela e o ex-noivo e a consequente agressão física foi o valor-notícia utilizado. É importante ressaltar, entretanto, que todos os casos possuem, também, notoriedade, seja pelas circunstâncias do crime, pelo cargo público da vítima ou pelo pertencimento da vítima a uma classe social mais alta.

Com as notícias veiculadas em 2015 podemos perceber que, após a promulgação da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio, há uma maior visibilidade sobre a violência contra a mulher e também uma tentativa de contextualização do assunto, seja ouvindo fontes próximas as vítimas ou dando mais detalhes sobre a vida pregressa delas. A partir da década de 2000 a ideia de que a vida privada estaria imune dos agentes públicos é combatida (BANDEIRA, 2013), conferindo ao Estado a responsabilização do que acontece na esfera privada (VIANA, 2013). Mesmo assim, ainda há uma cultura que justifica a violência sofrida pela mulher quando ela não corresponde aos padrões e papéis estipulados pela sociedade (PINSKY, 2013) ou quando há uma suposta infidelidade (BANDEIRA, 2013).

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a apresentação dos casos de maior visibilidade sobre a violência contra a mulher, nos anos de 1985 e 2015, é possível perceber que, como ressaltou Viana (2013), ainda há um descompasso do que está na lei e da realidade vivida por diversas mulheres. Isso se comprova, principalmente quando levamos em consideração o primeiro movimento no combate à violência contra a mulher, em 1985, com a criação das delegacias especializadas. Desde então, até 2015, se passaram 30 anos e as mulheres continuam sofrendo com a violência, seja no âmbito público ou privado.

Em 2015, mesmo que se noticiem mais casos de violência, como agressões físicas e estupro, quase todos os casos resultam em morte, e são esses que ganham maior repercussão na imprensa. Desta forma, quando não há um assassinato, a discussão da violência contra a mulher não ganha tanta visibilidade. Como exposto nas análises, os valores-notícia mais recorrentes na veiculação de casos de violência contra a mulher são a infração, a morte, a notoriedade e o conflito.

No que tange às representações da figura feminina em virtude dessa violência, podemos identificar quatro classificações: a de vítima de violência, a de culpada pela própria violência, a de mulher cidadã e a de mulher “sombra” dos homens. Enquanto em algumas notícias, principalmente as veiculadas em 1985, as mulheres são tidas apenas como vítimas, em outros, com destaque para os casos de 2015 apresentados, são considerados fatores que justificariam a violência cometida pelos homens, sugerindo a existência de uma responsabilização feminina por tal fato. Além disso, mesmo que a contextualização dessa violência tenha se tornado mais efetiva em 2015, as vítimas ainda

são vistas como “sombra” dos homens, principalmente quando os homens são colocados como protagonistas da situação, seja nos títulos ou nas informações nas matérias dadas a respeito do crime. Mesmo com a contextualização do assunto, a cobertura da imprensa nestes casos ainda falha e, por vezes, reforça estereótipos e papéis na tentativa de justificar os crimes cometidos pelos homens.

As análises feitas evidenciam a importância do campo jornalístico na construção e na transformação da realidade social. Como exposto, mesmo auxiliando, as leis e políticas públicas não são suficientes para combater a violência contra a mulher. Os papéis e estereótipos que causam a tensão entre feminino e masculino estão presentes na cultura da sociedade brasileira, cujos traços patriarcais e machistas dificultam a desconstrução dessas representações sociais e no combate a essa violência, frequentemente naturalizada.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BANDEIRA, Lourdes. A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina**. São Paulo: Summus, 2009.

COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, Lília Blima. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

FRIAS, Navi. Tem sexo a notícia? In: LIMA, Mercedes; VICENTE, Terezinha (orgs). **O controle social da imagem da mulher na mídia**. São Paulo: Articulação Mulher e Mídia, 2009.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo: Reviravolta, 2016.

MOTA, Adriana Valle. O feminicídio de Amanda Bueno: quando morrer uma vez não é suficiente. In: PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (orgs). **Feminicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

PEREIRA, Elisabete. Mais mulheres na mídia e nos espaços de poder. In: LIMA, Mercedes; VICENTE, Terezinha (orgs). **O controle social da imagem da mulher na mídia**. São Paulo: Articulação Mulher e Mídia, 2009.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013a.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013b.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (orgs). **Feminicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

ROVIDA, Maria Ferreira. Etnografia e reportagem jornalística: aproximação possível para uma metodologia de pesquisa empírica. **Libero**. Volume 18, número 35. São Paulo, 2015.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Vol. 2. Florianópolis: Insular, 2008.

VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

VIEIRA DE MELO, Jacira; SANEMATSU, Marisa. Mídia e a repercussão de dados sobre a violência contra a mulher. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set-dez 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

análise de conteúdo 26, 37, 221, 228, 268

Análise de Conteúdo 242

Art-College Berlin-Weissense 88

C

Câncer de Mama 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99

Ciberativismo 26, 50

Comunicação Política 30, 32, 221

Conselho Tutelar 202, 210, 213, 214, 215, 219

Constituição Federal 4, 102, 203, 221, 222, 300, 303, 305

Crise Econômica 141, 145, 154, 308, 310, 313, 316

D

Discurso Publicitário 308, 312, 314, 319

Ditadura Civil-Militar 25, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 122, 123

E

Educomunicação 75, 76, 78, 81, 83, 84

Estética 16, 43, 95, 98, 110, 111, 112, 122, 159, 170, 174, 175, 176, 178, 191, 264, 298

F

Feminicídio 4, 7, 10, 11, 13, 40

Feminismo 15, 24, 27, 34, 39, 44, 45, 46, 48, 51, 52, 65, 66, 68, 74

Fotografia de Exaltação 286, 287, 293

Foucault 19, 20, 24, 40, 42, 43, 51, 102, 106, 107, 108, 109, 253, 254, 264, 318, 320

G

Gaudreault 112, 113, 120, 123

Gênero 3, 4, 5, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 97, 173

Grotesco 172, 174, 175, 180

Guerra Civil 157, 164, 167

Gutenberg 194, 196, 200

H

Habitus 313, 318

Historicidade 252, 253, 254

I

Imprensa 2, 5, 9, 10, 11, 12, 18, 22, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 64, 107, 154, 155, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 177, 184, 187, 188, 189, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 227, 255, 256, 283, 288, 333

Infotendimento 150, 181, 191

Intervenção Federal 221, 222, 225, 228, 234, 236, 238, 239, 240, 241

J

Jornalismo Sindical 53, 54, 55, 56, 64, 333

Jornal Nacional 221, 225, 226, 228, 229, 230, 233, 235, 238, 241

Judith Butler 15, 44

K

Katharina Mouratidi 85, 86, 87, 88, 91, 92, 94, 96, 100

L

LGBT 16, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 211

M

Marketing Territorial 140

Martín-Barbero 75, 76, 77, 84, 191, 193, 255, 264

Mídias Digitais 40, 41, 46, 47, 81

MTST 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Muniz Sodré 81, 172, 190, 224

N

Narrativa 93, 111, 112, 114, 118, 122, 123, 160, 171, 173, 182, 185, 186, 189, 190, 192, 228, 291, 292, 317

Neuromarketing 244, 245, 246, 247, 250, 251

Noticiabilidade 6, 170, 177, 182

Novos Movimentos Sociais 124, 126, 206

P

Performance 17, 18, 91, 92, 98, 100

Pesquisa Exploratória 34

Políticas Públicas 4, 12, 13, 38, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 144, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 223, 281, 304

Prensa 189, 194, 195, 197, 198, 199, 201, 294

Protestantismo 200

Psicologia Ambiental 295, 296, 297, 299, 304, 305, 307

R

Rádio 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 84, 161, 173, 184, 257

Redes Sociais 26, 30, 32, 33, 39, 41, 46, 49, 50, 77, 148, 167, 180

Representações Midiáticas 252

S

Subproletariado 131

V

Valor Notícia 170, 171, 174, 177

Comunicação, Política e Atores Coletivos

 **Atena**
Editora
Ano 2020

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Comunicação, Política e Atores Coletivos

 **Atena**
Editora
Ano 2020

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 